



## PROGRAMA PARANÁ AGROECOLÓGICO: O PROCESSO PARTICIPATIVO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Ivo Barreto Melão

Engenheiro agrônomo, técnico do Núcleo de Socioeconomia  
Rural do IparDES. E-mail: melao@ipardes.pr.gov.br

**Resumo:** Este artigo procura mostrar a construção das bases do Programa Paraná Agroecológico e evidenciar o caráter participativo desse processo, que envolveu os setores público e privado do Estado. Os atributos conferidos à agroecologia e a produção orgânica, devidamente atendidos pelos eixos estruturantes que compõem o programa, deverão impulsionar a promoção da qualidade de vida dos agricultores e consumidores paranaenses.

**Palavras-chave:** Agroecologia. Processo participativo. Câmara Setorial de Agroecologia e da Agricultura Orgânica. Política pública. Programa Paraná Agroecológico.

## INTRODUÇÃO

Na agricultura, há um modelo de desenvolvimento predominante em que se espera cada vez mais obter altos índices de produção e produtividade para alimentar uma população crescente. O modelo vigente, no entanto, está consubstanciado na degradação do meio ambiente, na dependência do petróleo, nos monocultivos, nas dificuldades de acesso à terra e às sementes, entre tantos fatores e mazelas decorrentes das explorações das atividades rurais.

Ademais, o modelo capitalista da agricultura promove incrementos consideráveis nos custos da produção agrícola e nos produtos para o consumo, refletindo-se em preços pouco acessíveis à maior parte dos agricultores e consumidores. Acrescente-se, ainda, o uso da terra destinada à produção de biocombustíveis, em detrimento muitas vezes da produção de alimentos básicos, e o crescimento espantoso que os cultivos transgênicos vêm alcançando.

Isso tudo parece ser suficiente para que novos modelos de desenvolvimento rural sejam pensados, articulados e colocados em prática.

Neste sentido, a agroecologia como uma ciência transdisciplinar é capaz de implementar e promover a transição de modelos de agricultura menos respeitosos em relação aos valores ambientais e humanos, para a construção de modelos de base ecológica, mais justos, solidários e ambientalmente sustentáveis.

No Paraná, este movimento vem sendo construído desde a década de 1970 (agricultura alternativa), com a participação efetiva dos movimentos populares da agricultura familiar, das entidades civis e de governos comprometidos com esta causa, tendo o Estado conquistado posição de destaque no cenário nacional.

Mais recentemente, a partir de 2007, quando o Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (CEDRAF) aprova a criação da Câmara Setorial da Agricultura Orgânica e Agroecologia, iniciam-se as bases da discussão para a criação de um programa capaz de promover a produção orgânica e a agroecologia na perspectiva de consolidação de uma política pública de governo.

O objetivo deste artigo é mostrar a construção de um programa de desenvolvimento rural sustentável no Paraná, com base nos princípios da ciência agroecológica e da agricultura orgânica. Este processo ocorreu de forma participativa pelos atores que compõem a Câmara Setorial de Agroecologia e da Agricultura Orgânica.

## 1 CENÁRIO ATUAL PARANAENSE

No Paraná o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) aponta um número de 7.527 estabelecimentos agropecuários que realizam atividade orgânica, o que representa 8,3% do total de estabelecimentos orgânicos no Brasil, e produzem um Valor Bruto da Produção (VBP) da ordem de 94 milhões de reais (7,8 % do total do país). Estes estabelecimentos têm área de até 50 hectares, sendo que 41,6% estão na faixa entre 1 e 5 ha, o que indica o predomínio da agricultura familiar neste modelo de produção.

A produção paranaense de produtos orgânicos é crescente, diversificada e presente em todas as regiões do Estado, com predomínio para os produtos agrícolas (hortaliças, grãos em geral, café, cana-de-açúcar e frutas, principalmente); com menor expressão, encontra-se a produção pecuária e seus derivados (frangos, suínos, bovinos, leite, ovos, mel). Levantamento da última safra (2010/11) apontou uma produção da ordem de 138 mil toneladas, em uma área de 12 mil hectares e aproximadamente 5 mil produtores, segundo levantamento da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Instituto Emater.

Do lado dos consumidores, também é crescente a procura pelos produtos orgânicos, tendo em vista os fatores de saúde, mediante o consumo de alimentos limpos e saudáveis, como também aos aspectos ambientais e sociais promovidos por este sistema de produção. Percebe-se hoje um perfil de consumidor mais consciente em relação a esses valores e que de algum modo (em algumas situações de forma organizada) vem participando do processo de construção dos mercados locais.

De outra parte, é importante ressaltar, para contextualizar a última década, algumas ações para o desenvolvimento da agroecologia e da agricultura orgânica no Paraná, implementadas tanto por parte das instituições governamentais como pelas organizações da sociedade civil.

No âmbito do governo estadual, o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) criou o Programa de Agroecologia (PAG), com a finalidade de congregiar e coordenar ações de pesquisa, visando promover sistemas sustentáveis de produção agroecológica, incluindo a orgânica. Cria-se em 2005 o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), voltado para o desenvolvimento de pesquisas científicas e validações das experiências dos agricultores; em 2007, a extensão rural oficial do Instituto EMATER compõe o Grupo de Estudo e Trabalho em Agroecologia e, em 2007, o CEDRAF cria a Câmara Setorial de Agroecologia e Agricultura Orgânica, com o objetivo de difundir e coordenar as políticas públicas do setor.

Na área das organizações civis e dos movimentos sociais, desde 2001 ocorrem as Jornadas de Agroecologia, movimento camponês agroecológico, bem como inúmeros eventos técnicos locais/regionais são realizados para a promoção da agroecologia e agricultura orgânica. Em 2003, a Itaipu Binacional lança o Programa Cultivando Água Boa, visando a difusão das práticas sustentáveis de desenvolvimento rural e em 2009 o VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino Americano de Agroecologia é realizado em Curitiba.

Paralelamente a essas iniciativas, na área da Educação, Ciência e Tecnologia, a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná inicia em 2003 um programa de formação de técnicos em agroecologia em parceria com os Movimentos Sociais do Campo, e no ano seguinte surge o Núcleo de Agroecologia que coordena a formação de técnicos e tecnólogos em agroecologia em parceria com as escolas dos movimentos sociais. Em 2005, foi criado o primeiro curso regular de Técnico em Agroecologia do Brasil, ofertado pela UFPR Setor Litoral; em 2007, o Departamento de Educação e Trabalho instituiu na matriz curricular do curso Técnico em Agropecuária das 18 escolas agrícolas disciplina voltada às práticas agroecológicas; em 2008, inicia-se a oferta do curso Técnico em Agroecologia nas Casas Familiares Rurais; em 2009, a Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, por meio do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), e de oito instituições de ensino superior do Estado, lançou o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos, voltado aos pequenos produtores rurais. Atualmente, existem 12 cursos no Paraná, com formação específica em agroecologia (técnicos, tecnólogos, bacharelado e mestrado), além de outros 18 cursos com ênfase em agroecologia.

Em relação à área da Legislação e Certificação, é importante destacar a instalação em 2003 da CPORg/PR, Comissão da Produção Orgânica do Paraná (MAPA) e em 2007, a acreditação internacional da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), recebida pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), possibilitando um diferencial e maior credibilidade ao serviço de certificação.

Finalmente, na área do mercado, em fevereiro de 2009 foi inaugurado o primeiro Mercado Municipal de Produtos Orgânicos do Brasil na cidade de Curitiba, que conta hoje com mais de 13 feiras exclusivamente orgânicas. Em 2006, para a divulgação do mercado externo de orgânicos, foi criado o Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD), vinculado à Federação da Indústria do Estado do Paraná (FIEP), representado pelo Projeto Organics Brasil. Em 2010, por conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), há uma orientação do Governo do Estado para que, progressivamente, se priorize o atendimento às escolas com produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar.

## 2 A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA PARANÁ AGROECOLÓGICO

Embora o Paraná ocupe posição de destaque em nível nacional na produção do conhecimento agroecológico e na produção orgânica, dada a atuação das instituições governamentais, como também das entidades representativas dos agricultores e dos movimentos sociais do campo, observa-se ainda hoje que o desenvolvimento dessas áreas necessita de maior articulação entre os atores envolvidos, como também e principalmente da formulação de um programa de governo voltado a superar os principais gargalos que impedem o desenvolvimento do setor.

Essa inquietação sempre esteve presente nas reuniões do CEDRAF, sendo manifestada nas áreas de pesquisas específicas, de extensão rural com maior atuação dos agentes envolvidos, de capacitação de agricultores, de formação de técnicos de nível médio e superior, de apoio para a comercialização e fomento da atividade e, ainda, de valorização e apoio aos trabalhos das organizações não-governamentais, entre outros pontos.

O primeiro movimento na busca de soluções a essas questões foi a criação da Câmara Setorial de Agroecologia e da Produção Orgânica (Decreto Estadual n.º 272, de 07/03/2007), instância consultiva do CEDRAF, composta por membros representantes de instituições públicas e privadas, e por entidades organizadas da sociedade civil, que têm a finalidade de propor ações de desenvolvimento para a agroecologia e a rede de produção orgânica, constituindo-se em um espaço de caráter multissetorial, voltado aos debates acerca das questões mais relevantes para o setor no Estado do Paraná.

Na sequência, ainda no início de 2008 foi constituído pelo Secretário da Agricultura e Abastecimento do Paraná e presidente do CEDRAF um grupo de trabalho (GT – Agroecologia), para a elaboração de um programa básico para o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica para o Estado, com representantes interessadas das entidades da Câmara Setorial e sob a coordenação daquela secretaria.

O processo de construção do documento-base do programa transcorreu ao longo de três anos (2008/10), a partir de inúmeras reuniões de trabalho periódicas, com um número variável de participantes, porém representativos das organizações componentes da Câmara Setorial. Assim, houve o envolvimento de técnicos de secretarias estaduais e municipais, de alguns ministérios federais, de órgãos de pesquisa, da extensão rural oficial e privada, das universidades estaduais e federais, de empresas privadas, de certificadoras, das associações de agricultores e consumidores, dos movimentos sociais do campo, de grupos de estudantes, entre outros. Em alguns momentos, os

resultados preliminares do programa em construção foram colocados em discussão/validação, em reuniões programadas no interior do Estado, para novas contribuições ao documento, pelos agentes locais/regionais.

O documento-base denominado Programa Paraná Agroecológico seguiu uma metodologia de construção a partir das áreas consideradas mais críticas para o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica, sendo estas eleitas para formar os cinco eixos estruturantes do referido programa: 1) Formação, Capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural; 2) Pesquisa; 3) Comercialização e Mercado; 4) Legislação e 5) Organização de Agricultores e Consumidores.

Cada um dos eixos se compõe de diretrizes e respectivas linhas de ação. A seguir, são explicitadas algumas dessas ações:

1. Eixo de Assistência Técnica e Extensão Rural, Formação e Capacitação – promover a rede de ATER em agroecologia; capacitar agentes de desenvolvimento e agricultores familiares; estimular os cursos de formação universitária; estabelecer parcerias com a sociedade civil organizada; desenvolver integração agricultor-consumidor; realizar eventos de agroecologia e do sistema orgânico; desenvolver uma rede de divulgação eletrônica com informações atualizadas.
2. Eixo da Pesquisa – proporcionar condições às entidades de pesquisa básica em agroecologia; apoiar projetos de pesquisa em rede; apoiar projetos de pesquisa sobre impactos na agricultura, na saúde ambiental e humana; promover projetos de pesquisa de segurança e soberania alimentar e nutricional; fomentar linhas de financiamento articuladas com a pesquisa, com a extensão universitária em ações de ATER, visando à validação e apropriação de tecnologias para a agricultura familiar.
3. Eixo Comercialização e Mercado<sup>1</sup> – incentivar estudos do mercado de venda direta; promover a formação e capacitação em gestão para a comercialização; ampliar o espaço das feiras de produtos orgânicos e de base ecológica; realizar parcerias com o setor privado; apoiar iniciativas de associações/cooperativas de agricultores familiares e/ou consumidores; buscar incentivo financeiro à transformação da produção; ampliar os programas institucionais; divulgação ao mercado externo; estimular as transações do mercado justo e solidário.
4. Eixo Legislação – apoiar a construção da legislação orgânica em todos os níveis de governança; criação de legislação dos sistemas de produção de base-ecológica em áreas de mananciais, nas unidades de conservação, APP e entornos; adequações na legislação

---

<sup>1</sup> O Eixo Comercialização e Mercado compreende os Mercados de Venda Direta (feiras principalmente), de Varejo, de Transformação, Institucional e Externo.

do ICMS ecológico; reconhecer os serviços ambientais passíveis de recebimento de incentivos.

5. Organização dos Agricultores e Consumidores - fomentar os processos de organização de agricultores e consumidores; promover debates sobre agroecologia como instrumento de organização de territórios; fortalecer as ações de educação para o consumo responsável, inclusive nas escolas do ensino fundamental; motivar o consumidor a participar dos processos organizativos; sistematizar e divulgar experiências concretas de comercialização e consumo justo e solidário; e criar processos de formação e intercâmbio para que os processos de autogestão e as estratégias comerciais dos empreendimentos sejam aprimoradas.

Dois outros momentos são importantes e merecem destaque nesta trajetória: o primeiro refere-se à consulta pública a que o programa foi submetido em 16/06/2010, pelo prazo de 30 dias, com o objetivo da ampla divulgação à sociedade e acolhimento de novas contribuições. O segundo momento ocorreu em 20/10/2010 quando então o programa foi apresentado e aprovado na 39.<sup>a</sup> reunião do CEDRAF.

A partir de então, as ações relativas à construção do programa só foram retomadas em março de 2011 (houve mudança de governantes pelas eleições de 2010), quando a Câmara Setorial apresentou-o ao novo Secretário de Agricultura e do Abastecimento do Paraná, sendo demonstrada a importância de sua implementação como uma política pública para o desenvolvimento do setor.

Registre-se a boa receptividade e considerações positivas ao Programa, por parte do secretário. Na ocasião, foi formado um novo grupo de trabalho, com o objetivo de adaptar o programa de forma a consolidá-lo para os padrões do Plano Plurianual 2012/15, do Governo do Estado.

Retomados os trabalhos pelo grupo, a metodologia adotada foi a rediscussão do programa em uma oficina realizada em abril de 2011 no Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), com os diversos atores envolvidos no processo. Na sequência, e em várias reuniões de trabalho, o GT - Agroecologia sistematizou as contribuições havidas na oficina, principalmente em relação às modificações dos eixos estruturantes originais; à definição das metas para o período; às entidades responsáveis pela gestão, gerência, execução e acompanhamento; ao público beneficiário e finalmente às fontes de financiamento do programa.

Desse modo, em relação aos eixos estruturantes, houve a supressão do eixo Organização dos Agricultores e Consumidores, sendo entendido que as ações previstas poderiam ser incorporadas nos eixos de ATER e de comercialização. Assim, por exemplo, a ação de “organização para a capacitação

de agricultores em sistemas de produção de base ecológica”, foi atendida dentro do eixo da extensão rural ou, ainda, a ação de “formação e articulação de grupos de consumidores para o consumo responsável” ficou prevista no eixo de comercialização.

Por outro lado, nas discussões sucessivas do grupo de trabalho verificou-se a necessidade de fortalecer o programa com um novo eixo estruturante voltado às ações de fomento à produção, entendendo que para a “consolidação de sistemas de produção em bases agroecológicas e no processo de conversão das unidades produtivas”, é necessário o apoio com linhas de crédito e fomento. Dentro deste mesmo eixo, cabe ainda destacar as ações de apoio à agroindustrialização da produção e a produção e distribuição de sementes básicas.

Portanto, em relação aos eixos estruturantes do Programa Paraná Agroecológico, ficaram definidos os eixos de ATER, Pesquisa, Comercialização, Legislação e Fomento à Produção, com metas para o período de quatro anos (2012/2015), de 10 mil estabelecimentos com produção orgânica, 5 mil produtores assistidos, 16,5 mil hectares em produção e 180 mil toneladas de produtos. Para tanto, o programa prevê recursos totais da ordem de 122,6 milhões de reais – sendo 1/3 oriundo do governo federal –, assim distribuídos: ATER - 26,3%, Comercialização - 8,0%, Legislação - 4,0%, Pesquisa - 22,3% e Fomento à Produção - 39,4%.

O público beneficiário do programa está previsto para os agricultores – preferencialmente familiares – e suas organizações, técnicos de ATER, pesquisadores, professores, estudantes, organizações do setor público e da sociedade civil organizada e consumidores de áreas urbanas e rurais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário recente da agroecologia e da produção orgânica paranaense mostra a carência de uma política pública, com objetivos, metas e recursos definidos, capaz de alavancar e oferecer as condições básicas para o desenvolvimento sustentável do setor no Estado. Pela primeira vez, os atores público e privado envolvidos no campo da agroecologia e da agricultura orgânica no Paraná participaram coletivamente do processo de construção das bases do programa estratégico de políticas públicas para o setor. Espera-se que as propostas apresentadas sejam capazes de imprimir ao estado da arte, da ciência e do modelo agrícola em questão, as condições para promover a geração de renda, a sustentabilidade ambiental, a segurança alimentar e nutricional, e a qualidade de vida dos agricultores e consumidores paranaenses.

No entanto, para a implementação do Programa Paraná Agroecológico algumas premissas precisam ser garantidas, tais como: inserção do programa no Plano Plurianual do Governo, assegurando assim os recursos necessários no período; reestruturação das instituições públicas, principalmente com valores humanos e físicos; e reconhecimento e apoio às organizações da sociedade civil, entendendo-as como parceiros importantes nesse processo.